

TEMPO E PÓS-MODERNIDADE: futuros incertos, passados nostálgicos e a patrimonialização do presente

TIME AND POST-MODERNITY: uncertain futures, nostalgic pasts and heritagization of the present

Priscila Henning¹

RESUMO: O artigo trata da percepção do tempo na passagem da modernidade para a pós-modernidade, discutindo a transição dos regimes de historicidade futurista para o presentismo. Com a falência do projeto moderno e o fim da história preconizado por diversos estudiosos da pós-modernidade, percebe-se o deslocamento do ideal de futuro para uma atitude nostálgica, que se reflete no presente fenômeno da patrimonialização. Considerando que o patrimônio expressa uma tentativa de resistência e ao mesmo tempo abarca a memória e constrói identidades culturais, a problematização destas questões são essenciais na constituição da cidadania e da coesão social.

Palavras-chave: patrimonialização, presentismo, nostalgia

ABSTRACT: The article approaches the perception of time in the passage from modernity to post-modernity, discussing the shift from a futuristic regime of historicity to current presentism. As of the failure of the modern project and the end of history proclaimed by several postmodern scholars, it is possible to notice the shift from an idealist view of the future to a nostalgic attitude, which results in the present phenomenon of heritagization. Considering that heritage expresses an attempt at resistance while it also encompasses memory and builds cultural identities, the problematization of these issues is essential regarding the constitution of citizenship and social cohesion.

Keywords: heritagization, presentism, nostalgia

INTRODUÇÃO

"uma ilusão. a distinção entre passado, presente e futuro não passa de uma firme e persistente ilusão." (Albert Einstein)

O conceito de tempo é estrutural na vida humana, porém sua essência e natureza são, ainda, inescapáveis às mais diversas áreas de conhecimento. O que é o tempo? No campo das ciências da natureza, o tempo é objeto de contínua reinterpretação: ora tratado como uma grandeza física, ora como uma dimensão, vincula-se aos processos biológicos de maturação e perecibilidade, e mesmo chega a ter sua própria realidade questionada. Para além da marcação regular de relógios, estações de ano e calendários, a *percepção humana*

¹Doutorado em História pelo IFCH - Unicamp, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, Especialização em História e Teorias da Arte: Modernidade e Pós-Modernidade pela Universidade Estadual de Londrina e graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Londrina. Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Positivo e Universidade Pitágoras Unopar. Membro do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (COMPAC) da cidade de Londrina. Membro do GP Filosofia, educação e condição humana. E-mail: prihenning1@gmail.com

do tempo varia em função de outras contingências, individuais ou coletivas, de ordem emocional, psíquica, cultural e social. Norbert Elias (2012), em seu ensaio *Sobre o Tempo*, se debruça sobre esta natureza inapreensível do tempo, optando por uma abordagem sociológica e filosófica que associa o tempo ao sujeito que o percebe, logo, como um fato social variável nas diversas sociedades humanas.

O tempo, que só era apreendido, no patamar anterior, como uma dimensão do universo físico, passa a ser apreendido, a partir do momento em que a sociedade se integra como sujeito do saber no campo da observação, como um símbolo de origem humana e, ainda por cima, sumamente adequado a seu objeto. O caráter de dimensão universal assumido pelo tempo é apenas uma figuração simbólica do fato de que tudo o que existe encontra-se no fluxo incessante dos acontecimentos. O tempo traduz os esforços envidados pelos homens para se situarem no interior desse fluxo (ELIAS, 2012, p. 30).

Nesta perspectiva, o tempo é percebido de modo distinto por cada sociedade, como elemento estruturante que é ensinado aos indivíduos desde a infância com o intuito de organizar o transcurso da vida humana de acordo com a lógica e os valores de cada contexto. Para fins deste texto, portanto, cabe a distinção entre a percepção de um tempo *exterior* (matemático e astronômico) e o tempo do sujeito humano, traduzido pela percepção da existência de um presente, de um passado e um futuro que, segundo Hartog (2014, p.12) indica uma “historicidade” presente nas sociedades humanas muito antes do conceito moderno de história. Historicidade, portanto, no entendimento de Hartog, indica uma experiência de distanciamento de uma sociedade em relação a si mesma que, junto às categorias de passado, presente e futuro, permite que se ordene e dê sentido ao transcurso do tempo. Neste quadro, a sociedade contemporânea demonstra uma condição particular de percepção do tempo, sobre o qual o presente texto propõe se debruçar brevemente, partindo principalmente da leitura de François Hartog (2014) dentro de um quadro teórico das discussões acerca da pós-modernidade. Propomos discutir como esta percepção impacta a compreensão da sociedade a respeito de si mesma por meio da construção de um acervo patrimonial, considerando que o patrimônio cultural é um instrumento essencial à compreensão de si de uma sociedade, à medida em que constrói identidades e seleciona memórias por meio da sua perpetuação. Deste modo, atua como um instrumento não apenas cultural, mas também como uma importante ferramenta educacional de construção da cidadania e de coesão social.

A PATRIMONIALIZAÇÃO COMO FENÔMENO CONTEMPORÂNEO

Nas últimas décadas, nada parece escapar à voracidade da memória, de uma percepção de tempo acelerada que devora as instâncias de futuro, presente e passado. Estas instâncias convivem simultaneamente, seja na paisagem urbana, nas tendências da moda revivendo décadas idas, nas telas, nos objetos de inspiração *retrô* nas vitrines das lojas, nos relançamentos musicais, no acervo de fotografias digitalizadas, colecionadas e exibidas nas redes sociais. Nunca se preservou e se documentou tanto na história da humanidade, abarcando todo tipo de objeto de todas as escalas, lugares e épocas. Antes da pandemia de Covid-19, o turismo internacional para destinos conhecidos por sua história se consolidava como uma das indústrias de crescimento mais vertiginoso do mundo, quebrando recordes de fluxo e receitas ano após ano, segundo a OMT (Organização Mundial do Turismo, 2021), e gerando fenômenos contemporâneos como o *overtourism* (termo inglês que denota a presença excessiva de visitantes) e *turismofobia* em cidades como Veneza e Barcelona (autor, supressão). Pelas redes sociais, imagens diversas de visitantes em monumentos reconhecíveis geram situações insólitas, que vão desde o impulsionamento súbito e massivo da visita a diversos destinos que se tornam sucessos repentinos, à manipulação elusiva das imagens que invadem as redes com *hashtags* indicando o destino que, muitas vezes, não corresponde à realidade do lugar.

Para fins deste texto, entendemos o patrimônio dentro de uma definição *lato sensu*: qualquer produção humana, seja de ordem material ou imaterial, que seja reconhecida por uma determinada comunidade como detentora de um valor cultural significativo e singular, e que deve, portanto, ser conservada e transmitida às gerações futuras (CHOAY, 2001). O patrimônio cultural é instrumento essencial para a construção e conservação de identidades e para a coesão social. Os diversos valores culturais atribuídos – que perpassam os tradicionais valores histórico e artístico e chegam até as concepções atuais de significância e ambiência, associando a conservação da cultura em conjunto com o meio ambiente (VIÑAS, 2005; PEIXOTO, 2011) – permitem a construção de uma sociedade consciente de si, de sua memória, de sua cidadania, e de sua identidade. O fenômeno da crescente *patrimonialização* é sintomático, identificado e discutido por diversos autores, como Pierre Nora, que já indicava uma “fúria preservacionista”; Andreas Huyssen, abordando a “cultura da memória”; François Hartog, alertando para uma “patrimonialização galopante”; David

Lowenthal descrevendo um “passado onipresente”, cada vez mais similar ao presente; Françoise Choay, que retoma o termo “culto ao patrimônio” de Riegl; Henri-Pierre Jeudy, que questiona a “máquina patrimonial” e sua espetacularização, entre outros (autor, supressão). Chega-se mesmo a questionar se há limites para este processo em que tudo parece ser digno de valor a ser preservado, como as novas criações que alcançam o *status* de “patrimônio” quase no momento de sua criação, ou seja: já surgem com um valor extraordinário e que deve, portanto, ser conservado e transmitido para as futuras gerações. É como se, ainda no presente, já antecipássemos a nostalgia que nos acometerá no futuro. Embora todas as sociedades ao longo da história tivessem, em níveis variados, algum interesse pelas relíquias legadas por tempos idos, a sociedade contemporânea é particularmente afeita a esta tendência colecionista. Huyssen, conceituando o que ele denominou de “cultura da memória” (2000), descreve este contexto:

Desde a década de 1970, pode-se observar, na Europa e nos Estados Unidos, a restauração historicizante de velhos centros urbanos, cidades-museus e paisagens inteiras, empreendimentos patrimoniais e heranças nacionais, a onda da nova arquitetura de museus (que não mostra sinais de esgotamento), o boom das modas *retro* e utensílios *repro*, a comercialização em massa da nostalgia, a obsessiva automusealização através da câmera de vídeo, a literatura memorialística e confessional, o crescimento dos romances autobiográficos e históricos pós-modernos (com suas difíceis negociações entre fato e ficção), a difusão das práticas memorialísticas nas artes visuais, geralmente usando a fotografia como suporte, e o aumento do número de documentários na televisão, incluindo, nos Estados Unidos, um canal totalmente voltado para história: o History Channel (HUYSSSEN, 2000, p. 14).

Para Lowenthal (2015), esta busca em agarrar-se a vestígios de um passado cada vez mais onipresente pode revelar uma angústia típica do *fin-de-siècle*, em que a sensação de mudança se acentua pela passagem do século – e já foi verificado em outros momentos do passado. É possível ressaltar que a nostalgia que está tão fortemente presente revela outras questões, estas mais típicas de nosso tempo. Bauman, citando Svetlana Boym, aponta a existência de uma “epidemia global de nostalgia”, que seria “um mecanismo de defesa numa época de ritmos de vida acelerados e sublevações históricas” (BAUMAN, 2017, pp. 8-9). Lowenthal enumera algumas questões sobre um sentimento de aparente desesperança diante do futuro:

É uma falácia comum considerar a própria época singularmente significativa ou terrível (...) Por certo, as décadas recentes têm sido agitadas (...) Eventos geraram mídia persistentemente catastróficas em tema e tom, alertando sobre o fim da história, o fim da humanidade, o fim da natureza, o fim de tudo (...) A angústia de hoje reflete uma perda de fé no progresso sem paralelo: temores de que nossas crianças estarão em situação pior que nós, dúvidas de que nem o governo, nem a indústria, ciência ou tecnologia, podem colocar as coisas em ordem (LOWENTHAL, 2015, pp. 11-12).

Este sentimento de temor indica, em certa medida, um sentimento de desorientação e insegurança em um mundo cada vez mais instável, em que as mudanças são rápidas e radicais em todos os setores – da economia à política, às estruturas sociais tradicionais, à crise ambiental, aos rápidos e sucessivos avanços tecnológicos que impactam irremediavelmente nossas vidas, entre tantos outros fatores – e produzem um sentimento de insegurança e temor que contrasta com a visão otimista que dominou a primeira metade do século XX. Conforme Bauman (2017), a utopia que residia no futuro desloca-se para o conforto idealizado da nostalgia, numa espécie de “retrotopia”.

PÓS-MODERNIDADE E A DISTOPIA DO FUTURO

Esta transição não é recente, e a partir da década de 1970, autores se debruçam sobre o sentimento de mudanças radicais e até mesmo rupturas com um modo de vida anterior, designando este momento com uma diversidade de termos, sem encontrar consenso: pós-modernidade (LYOTARD, 1979²; JAMESON, 1989; HARVEY, 1989; JENCKS, 1977); hipermodernidade (LIPOVETSKY, 2004); supermodernidade (AUGÉ, 1992); modernidade líquida (BAUMAN, 1999); modernidade tardia (GIDDENS, 1991), até mesmo à manutenção do próprio termo modernidade (HABERMAS, 1985), como um projeto ainda inacabado.

As mudanças provocadas pela passagem do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro globalizado, o consumo de massa, a revolução nas comunicações e na tecnologia, o advento da virtualidade, e pelas desilusões provocadas por uma série de eventos históricos ocorridos sobretudo a partir da 2^a Grande Guerra transformaram a vida contemporânea de tal modo que não há como negar uma ruptura com o projeto moderno (LYOTARD, 2009; HARVEY, 1992; JAMESON, 1997). Em contraponto, muito se questiona se o termo *pós-moderno* indicaria de fato uma superação do moderno, pois não há clareza

² As datas indicam o ano da publicação original das obras em que os referidos autores apresentam estes termos.

suficiente sobre o que este traz de novo, ou se seria apenas uma radicalização da modernidade. Vattimo (1996), a este respeito, argumenta que o pós-moderno não seria, de fato, uma novidade, uma nova racionalidade construída a partir da superação ou da negação das estruturas modernas (o que, por definição, manteria suas novas proposições dentro da lógica da inovação moderna). Em sua visão, a pós-modernidade seria a própria dissolução destas estruturas, indicando a falência do projeto moderno baseado na ideia de progresso alcançado por meio da razão (VATTIMO, 1996; GOERGEN, 2012). Em suma, trata-se de uma profunda mudança de paradigma que aponta, sobretudo, para o fim das estruturas sólidas que organizavam a vida social. A fragmentação e desmaterialização atinge todos os aspectos da vida humana: o dinheiro (no capitalismo financeiro, sem lastro), o trabalho, as relações sociais, até mesmo as noções como *verdade* ou *realidade* são questionadas ou deslegitimadas, configurando o fim das metanarrativas totalizantes que estruturavam a sociedade por séculos, de acordo com Lyotard (2009). O período é marcado por um hiperindividualismo (Lipovetsky, 2004) e para a comoditização de todas as esferas da vida humana: da cultura, dos direitos e causas sociais, dos corpos reduzidos à sua imagem. Aliás, a contemporaneidade é marcada pelo domínio de uma cultura de imagem que, nos contextos atuais das tecnologias digitais, exacerbam seu papel de simulacro com uma força que surpreenderiam, talvez, Baudrillard (1991) e Débord (1997). Associada à crise de noções estruturantes como o conceito de *verdade* e com a desmaterialização intensificada pela virtualidade das tecnologias digitais, o espetáculo segue subjugando a realidade física a sua simulação imagética – provocando, frequentemente, a confusão entre a realidade e a simulação.

As inovações tecnológicas das últimas décadas do século XX subverteram por completo a relação com o tempo, o espaço, com as outras pessoas e com a própria realidade. A internet e a telefonia móvel, para John Urry, transformaram irreversivelmente diversos padrões de comportamento: “a década de 1990 (...) testemunhou uma notável ‘compressão espaço-temporal’ à medida que as pessoas, ao redor do globo, se ‘aproximaram’ por meio dos diversos desenvolvimentos tecnológicos. Para muitos grupos sociais, há, cada vez mais, uma ‘morte da distância’” (URRY, 2016, p. 142). As transformações provocadas pela inserção das novas tecnologias no cotidiano ocorrem com uma rapidez sem precedentes, provocando profundos impactos comportamentais e sociais. As inovações se sucedem rapidamente: a inteligência artificial, a realidade virtual, modalidades cada vez mais rápidas

de transporte e de conexão às redes de informação, as redes sociais e aplicativos para celular, a fabricação digital, os *bitcoins* e *blockchains*, os NFT³, o *metaverso* – a tecnologia permeia as nossas vidas de modo a subverter, em pouquíssimo tempo, a maneira que nós, enquanto indivíduos, nos relacionamos com praticamente tudo o que nos cerca.

Ao lado do entusiasmo provocado pelos avanços tecnológicos, há também uma sensação pervasiva de que “algo se perde” com grande velocidade, provocando uma reação a este momento de transformações ostensivas e um desejo de fuga. Enquanto alguns sonham com a tecnologia viabilizando uma fuga do planeta condenado e a possibilidade de reiniciar a civilização humana em outros corpos celestes, autores como Bauman (2017) preocupam-se com o recrudescimento de um conservadorismo que se volta às estruturas reconfortantes do ultranacionalismo e da idealização nostálgica de um passado idílico. Mesmo nos setores mais progressistas da sociedade, os efeitos perceptíveis das mudanças climáticas provocadas pelo esgotamento dos recursos naturais despertam o sentimento de urgência em cessar nosso modo de vida predatório e autodestrutivo, buscando modelos econômicos alternativos e sustentáveis. No campo da cultura, o temor da massificação de culturas locais e regionais (sobretudo as minoritárias, periféricas e não-eurocentradas), devoradas sobretudo pela indústria cultural e pela globalização econômica, desperta ações em defesa do patrimônio cultural, da memória e das identidades, e por caminhos emancipatórios, como os estudos decoloniais (HARVEY, 1992). As ações de preservação tanto cultural quanto ambiental se configuram, portanto, como meios de resistência a um ímpeto desenvolvimentista e a um ideal de “progresso” que se mostra, por muitos aspectos, cada vez mais destrutivo.

É neste contexto que se situa o papel e a natureza do fenômeno da patrimonialização, que vem se manifestando praticamente dentro do mesmo recorte temporal das discussões acerca da pós-modernidade. “Os anos 1980 viram o desabrochar de uma grande onda: a da memória. Com seu *alter ego*, mais visível e tangível, o patrimônio: a ser protegido, repertoriado, valorizado, mas também repensado” (HARTOG, 2014, p. 24). O patrimônio atua como um espelho da sociedade: reflete seus valores, seus ideais, suas tensões, sua visão de si mesmo e de seu passado. Quando a promessa redentora de um

³ NFT são as *non-fungible tokens*, e se referem a ativos de características únicas cujas informações de propriedade e direitos autorais são registradas em *blockchain*. Recentemente, as obras de arte e bens de consumo puramente digitais, com valor alto, trouxeram esta nova questão econômica e de consumo à luz.

progresso alcançado por meio da razão mostra-se frustrada e até mesmo distópica (GOERGEN, 2012), a perenidade e estabilidade do monumento torna-se um alento. Conforme nos explica Choay (2001, p. 18):

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória (...) O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento.

Por outra perspectiva, é importante ressaltar que o conhecimento científico e a tecnologia vêm se consolidando como o principal meio para alcançar a solução para a conservação de bens em perigo, sejam eles naturais ou culturais. Temos visto muitos resultados excelentes neste sentido, que vão de ferramentas mais eficientes de mapeamento e monitoramento, recomposição ou reconstituição de elementos perdidos, auxílio de recursos como a realidade virtual, interatividade e disseminação de informações por meio da tecnologia móvel e práticas de simulação educativa, virtual ou não, para evitar desgastes nos ambientes originais frágeis, por exemplo. As mudanças propiciadas pela sociedade globalizada e midiaticizada possibilitaram a disseminação de informações, as trocas comerciais e a conseqüente valorização e interesse por culturas e sítios esquecidos ou desconhecidos, que muitas vezes sobrevivem justamente em função da visibilidade possibilitada pelo turismo – e não interessa, para essas comunidades, se o turismo é movido por um interesse genuíno ou se é movido por outros objetivos, como *instagrammers* à caça da foto perfeita em busca de *likes*.⁴ No fim das contas, estas pessoas consomem, movimentam a economia da região, e garantem a subsistência de muitas comunidades e locais de proteção ambiental. O fato de que, em muitos casos, esta solução tentadora é também responsável por parte da destruição de seu objeto pelo turismo excessivo e mal gerido, pela massificação provocada pelos padrões internacionais de consumo, ou pela exclusão social e territorial dos menos favorecidos, apenas explicita a complexidade muitas vezes paradoxal deste fenômeno.

⁴ *Instagram* é uma popular rede social de compartilhamento de imagens, sobretudo fotográficas. Já *likes* refere-se às curtidas (marcações de aprovação digital) atribuídas pelos seguidores às imagens postadas.

REGIMES DE HISTORICIDADE: do futurismo moderno ao presentismo pós-moderno

“ O espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana” (Harvey, 1992, p. 186), e, como tais, são objetos de uma longa tradição filosófica acerca de sua natureza, visto que as alterações na sua percepção impactam profundamente as relações político-econômicas, a vida social e a cultura das sociedades humanas. Embora as interpretações e explicações sejam divergentes, alguns indícios apontam que estamos vivendo uma época com uma peculiar percepção do tempo, da história, e das categorias de passado, presente e futuro. Cada sociedade compreende sua existência contextualizada no tempo de modo distinto, porém, até a crise da modernidade, predominava uma visão redentora do futuro – o “futurismo”. Já nas últimas décadas, percebe-se um deslocamento da percepção do tempo e do lugar da utopia. O tempo se acelerou, devido à velocidade da produção capitalista pós-fordista e à volatilidade do consumo de massa (Harvey, 1992). Esta aceleração é potencializada também pelas tecnologias das comunicações, como a televisão, a telefonia móvel e a internet (VATTIMO, 1996; LOWENTHAL, 2015; URRY, 2016). Passado, presente e futuro convergem em um presente único e fugaz, configurando um novo regime de historicidade (HARTOG, 2014) enquanto o lugar da utopia e do ideal se desloca do futuro para o passado (BAUMAN, 2017).

Hartog (2014) defende que o regime de historicidade é uma ferramenta que permite esclarecer as relações de dadas sociedades com o tempo, “instaurando um vaivém entre o presente e o passado, ou melhor, passados, eventualmente bem distanciados, tanto no tempo quanto no espaço” (HARTOG, 2014, p. 37). O autor opta pelo termo *historicidade* por considerar que este “expressa a forma da condição histórica, a maneira como um indivíduo ou uma coletividade se instaura e se desenvolve no tempo” (HARTOG, 2014, p. 12), se desvinculando de uma noção matemática ou astronômica de um tempo regular e universal. Já *regime* indicaria diferentes proporcionalidades e gradações, mesclas e combinações da percepção das instâncias de passado, presente e futuro. Logo, o regime de historicidade seria um modo de engrenar passado, presente e futuro ou de compor um misto das três categorias. Este regime não é diretamente observável na experiência cotidiana, mas é construído pelo historiador como uma ferramenta heurística que atua como instrumento de comparação,

que pode tornar os fenômenos históricos, sobretudo de crise do tempo, mais inteligíveis para o estudioso da história.

Sua melhor aplicação se dá principalmente nos momentos de crise do tempo, quando as categorias de passado, presente e futuro se confundem, se esvaem ou chegam mesmo a serem inventadas, conforme Hobsbawm e Ranger (1997). Diversos autores se referem a estes momentos de crise do tempo como sendo sintomáticos dos *fins de siècle*, em que este fenômeno foi percebido mais de uma vez, embora de naturezas distintas. Na transição entre os séculos XIX e XX, grandes surtos de futurismo conviviam, nem sempre de forma harmoniosa, com momentos de nostalgia por um passado cada vez mais ausente diante das transformações tecnológicas, políticas e sociais do período industrial.

Em sociedades pré-modernas, prevalecia uma percepção de um tempo cíclico, marcado principalmente pela natureza, pela sucessão previsível dos dias e das estações do ano. Com o advento das sociedades hebraico-cristãs, o homem é inserido em uma historicidade que se volta para o futuro redentor: “a ideia da história como história da salvação, articulada entre criação, pecado, redenção, espera do juízo final” (VATTIMO, 1996, p. VIII). Na modernidade pós-Iluminista, o tempo se dessacraliza, e passa a ser regido por um ideal de razão cujo mecanismo é similar. Por meio do uso da racionalidade, a humanidade progrediria rumo ao seu aprimoramento. O futuro é o objetivo de um ideal de progresso e de evolução, e assume o posto de uma utopia também redentora. Para Goergen (2012, p. 152),

(...) esta ideia de progresso tem a marca genética do medievo cristão do qual a modernidade emerge, já que também o cristianismo conta uma história com começo, meio e fim. Segundo esta visão, o passado representa um simples prólogo ao presente que, por sua vez, é apenas o caminho para o futuro melhor. O sentido do passado e do presente, portanto, está no futuro, ou seja, o tempo secular está a serviço do tempo sagrado. O sentido do mundo secular se exaure na conquista da eternidade.

A realidade social e histórica de uma sociedade vivendo transformações profundas pode mostrar-se confusa para quem as vivencia. No contexto das Revoluções Francesa e Industrial, a sensação de que se vivia um momento de grandes mudanças em relação ao modo de vida anterior se acentuava, provocando uma alteração na percepção dos eventos. François-René de Chateaubriand, que viveu a transformação da historiografia durante a Revolução Francesa e se espantou com uma “aceleração do tempo”, a rapidez com que a

história fluía: “Eu escrevia a história antiga, e a história moderna batia à minha porta” (CHATEAUBRIAND, 1831, como citado em HARTOG, 2014, p.133).

É justamente nos textos de Chateaubriand que Hartog percebe uma mudança nos regimes de historicidade no século XIX. Em diversos trechos havia a presença de uma abordagem de *história magistra* (do conceito *historia magistra vitae*, de Cícero, que considera que o passado, pleno de exemplos, explica claramente o presente e oferece condições de prever o futuro, pois as experiências do homem repetem-se ao longo do tempo, como se circunscritas em um círculo). Em outros momentos de sua obra, surgia uma incipiente visão historiográfica moderna, em que os eventos narrados foram entendidos como acontecimentos únicos dentro de um processo, abandonando “uma concepção de história que conjugava exemplaridade e repetição” (HARTOG, 2014, p. 103). Ou seja: uma transição de uma percepção cíclica do tempo, em que a *historia magistra* privilegia o passado como “mestre” da vida, para uma historiografia moderna que inaugura a visão redentora do futuro, capaz de dar sentido ao presente e ao próprio passado.

A exigência de previsões substitui as lições da história, já que o passado não explica mais o futuro. O historiador não produz mais a exemplaridade, mas está em busca do único. Na *historia magistra*, o exemplar ligava o passado ao futuro, por meio da figura do modelo a ser imitado (...) Com o regime moderno, o exemplar como tal desaparece para dar lugar ao que não se repete. O passado é, por princípio ou por posição, ultrapassado (HARTOG, 2014, p.137).

A partir da Revolução Francesa, o futuro, como categoria redentora, aparece sempre se antecipando aos acontecimentos, como esperança e como objetivo. O futuro se manifesta na utopia do ideal comunista, é o Espírito Absoluto de Hegel, é o sonho da modernidade das vanguardas artísticas do século XX em seus múltiplos manifestos. No início do século XX, o *futurismo* se estabelece como o grande paradigma de utopia, diante do deslumbramento com as máquinas que transformavam o cotidiano. O termo “futurismo” foi adotado pelos artistas italianos liderados por Fillippo Marinetti que urgiam pela ruptura com a velha ordem, em seu manifesto publicado em 1909: “o esplendor do mundo se enriqueceu com uma beleza nova: a beleza da velocidade” (MARINETTI, 1909, como citado por HARTOG, 2014, p. 141). Os arquitetos modernistas ao redor do planeta conclamavam que as cidades e construções deveriam realizar, por sua vez, a Revolução Industrial, e romper com a arquitetura e as cidades do passado. No Brasil, arquitetos modernistas inspirados pelos

textos de Le Corbusier e Walter Gropius urgiam pelo olhar voltado ao futuro, recusando as referências anacrônicas na concepção dos espaços, como explicitado pelo manifesto de Gregori Warchavchik, publicado inicialmente no jornal Correio da Manhã, no Rio de Janeiro, em 1925:

A nossa compreensão de beleza, as nossas exigências quanto à mesma, fazem parte da ideologia humana e evoluem incessantemente com ela, o que faz com que cada época histórica tenha sua lógica de beleza. Assim, por exemplo, ao homem moderno, não acostumado às formas e linhas dos objetos pertencentes às épocas passadas, eles parecem obsoletos e às vezes ridículos. Observando as máquinas do nosso tempo, automóveis, vapores, locomotivas, etc, nelas encontramos, a par da racionalidade da construção, também uma beleza de formas e linhas. Verdade é que o progresso é tão rápido que tipos de tais máquinas, criadas ainda ontem, já nos parecem imperfeitos e feios. (...) Esta é a razão porque as nossas máquinas modernas trazem o verdadeiro cunho de nosso tempo. A coisa é muito diferente quando examinamos as máquinas para habitação – edifícios (WARCHAVCHIK, 1925, como citado por XAVIER, 2003, p. 35).

Hartog chama a atenção como, ao longo do século XX, a aceleração do tempo e a urgência em realizar a utopia acabou fundindo o futuro ao presente: “Quando Marinetti proclama: ‘O Tempo e o Espaço morreram ontem. Vivemos já no Absoluto, pois já criamos a eterna velocidade onipresente’, o presente encontra-se ‘futurizado’ ou não há mais senão presente. Pela velocidade, o presente se transforma em eternidade” (HARTOG, 2014, p.141). É o início de uma nova mudança de regime de historicidade: o regime moderno, cujo olhar é voltado para o futuro, se desloca e restringe a temporalidade ao tempo presente eterno e urgente. O *presentismo*, portanto, é um neologismo que faz contraponto à ideia já difundida de futurismo. A ideia de presentismo é uma forma de entender o presente onipresente, o presente único, “a tirania do instante e a estagnação de um presente perpétuo” (HARTOG, 2014, p. 11), que o autor percebe dominando nossa cultura mais fortemente no século passado, embora mais aprofundada a partir da queda do muro de Berlim em 1989. “O século XX aliou, finalmente, futurismo e presentismo. Se, em primeiro lugar, ele foi mais futurista que presentista, terminou mais presentista que futurista” (HARTOG, 2014, p. 140).

Vattimo (1996) pondera que a ideia de “fim da história” se apresentou como uma das teses principais dos autores pós-modernos, inicialmente como uma previsão catastrófica do fim da vida humana na Terra, sobretudo a partir da experiência atômica na 2ª Guerra Mundial. Eventos como a guerra e os campos de concentração nazistas atestariam a falácia

do metarrelato, definido aqui como o progresso que seria garantido pela racionalidade instrumentalizada pela ciência e pela tecnologia, mas que se revelou perverso e ameaçador (LYOTARD, 2009). “(...) A ideia do fim do metarrelato coincide com a ideia do fim da história que, por sua vez, tem enorme significado para o projeto educativo/ético/político idealizado precisamente como principal mecanismo do ideal moderno” (GOERGEN, 2012, p. 157). No entanto, o que se finda, para Vattimo (1996), não é a história em si, mas uma visão unitária da história:

A história contemporânea não é apenas a que diz respeito aos anos mais próximos de nós; ela é, em termos mais rigorosos, a história da época em que tudo, mediante o uso dos novos meios de comunicação, principalmente a televisão, tende a nivelar-se no plano da contemporaneidade e da simultaneidade, produzindo também, assim, uma des-historicização da experiência (VATTIMO, 1996, p XVI).

Nesta perspectiva, a história se fragmenta e se apresenta não como um “curso unitário de eventos” (VATTIMO, 1996, p. XVI), mas como uma profusão de diferentes perspectivas e interpretações que se nivelam em um presente eterno e imobilizado.

O PRESENTISMO, A NOSTALGIA E SEUS EFEITOS NO PATRIMÔNIO CULTURAL

O “fim da memória”, considerado por Hartog (2006) como uma angústia do tempo presente diante de um futuro distópico, é intensificado pelo emprego de ações como as celebrações, as tradições inventadas, e a reabilitação de centros históricos antigos que dão consistência à ânsia em construir uma identidade idealizada ou a recuperar vestígios da história, mesmo que construídos ou encenados. Ao discutir a ascensão do *presentismo* no século XX, Hartog descreve, em outro texto, o impacto deste novo regime de historicidade na historiografia, na relação da sociedade com sua memória e com seu patrimônio (que ele chama de *alter ego tangível* da memória). “O século XX é o que mais invocou o futuro, o que mais construiu e massacrou em seu nome, o que levou mais longe a produção de uma história escrita do ponto de vista do futuro” (HARTOG, 2006, p. 270). Porém, em seu último terço, e chegando até nossos dias, o futuro deu lugar ao presente:

um presente massivo, invasor, onipresente, que não tem outro horizonte além dele mesmo, fabricando cotidianamente o passado e o futuro do qual

ele tem necessidade. Um presente já passado antes de ter completamente chegado. Mas, desde o fim dos anos 1960, este presente se descobriu inquieto, em busca de raízes, obcecado com a memória (HARTOG, 2006, p. 270).

Neste âmbito, o grande interesse contemporâneo pela preservação do patrimônio – que se reflete na ampliação do conceito em uma profusão de categorias e classificações descritas em documentos internacionais, para abranger não mais somente os artefatos produzidos pelo homem, mas a própria natureza ameaçada de extinção neste futuro cada vez mais assombroso – que se instaura a partir da década de 1970, e se torna no que Hartog (2006) denomina um fenômeno de patrimonialização “galopante”, que musealiza tudo e cada vez mais se aproxima do presente. “Em 1997, o Relógio Retrô norteamericano estava já em 1990, ‘um alarmante 74% mais próximo ao presente’ que na década anterior. A vida se torna patrimônio quase antes de ter a chance de ser vivida” (LOWENTHAL, 2015, p. 41). Este processo, portanto, sinaliza uma ruptura entre uma percepção de presente e passado, da experiência acelerada de uma mudança brusca. Hartog enfatiza que o patrimônio “é um recurso para o tempo de crise” (2006, p. 272), e assim se constituiu ao longo da história recente – levando-se em consideração que o patrimônio é uma invenção moderna, resulta de uma sociedade em rápida transformação. A patrimonialização contemporânea, porém, se distingue das fases anteriores pela rapidez de sua expansão, a multiplicidade das novas categorias de bens, e pelo seu caráter presentista (HARTOG, 2006, p. 272). É fruto da crise do tempo, entendida como

uma consciência, mais comumente inquieta, de que algo (objeto, monumento, sítio, paisagem) desapareceu ou está a ponto de desaparecer do horizonte. Uma crise do tempo é, então, necessária (...) Trata-se porém de um passado do qual o presente não pode ou não quer se desligar completamente. Quer se trate de celebrá-lo, imitá-lo, conjurá-lo, de extrair prestígio dele ou apenas de poder visitá-lo (...) se trata do passado – de um certo passado – cuja forma de visibilidade importa no presente (HARTOG, 2014, p. 197).

A patrimonialização seria, portanto, uma forma de resistência, uma luta contra a obliteração completa em um contexto de mudanças profundas e aceleradas. “Ainda se ouve falar que a conservação patrimonial assegura, de alguma maneira, o trabalho de luto. Trabalho que se torna necessário para que possamos suportar o desaparecimento” (JEUDY, 2005, p. 15). David Lowenthal (2015) elabora uma análise similar:

Para abrandar o luto pela perda, a dor da ruptura, a aflição da obsolescência, nós nos agarramos avidamente a todo tipo de passado, não importa quão alheio ou fragmentário. Passados recentemente aumentados ou embelezados não podem substituir o tradicional ‘mundo que nós perdemos’. Mas eles abrangem um complexo de histórias e memórias, relíquias e vestígios, raízes e reinterpretções, bastante diverso do nosso legado há um terço de século atrás” (LOWENTHAL, 2015, p. 11)

A sensação de que é necessário proteger rapidamente tanto a diversidade cultural quanto a biodiversidade demonstra que o “futuro não é mais um horizonte luminoso para o qual marchamos, mas uma linha de sombra que colocamos em movimento em direção a nós, enquanto parecemos marcar passo no presente e ruminar um passado que não passa” (HARTOG, 2006, p. 273). As considerações de Choay (2001) de que o monumento é a tentativa humana de “resistir à morte e ao aniquilamento” fazem muito sentido neste momento particular da história, em que as mudanças aceleradas e a relativização das instituições estáveis que ordenavam a sociedade durante séculos são questionadas e colocadas em xeque, ao mesmo tempo em que o consumo impõe seu ritmo acelerado de apresentação de novidades. Nesta linha de raciocínio, podemos situar que o presentismo é, ao mesmo tempo, causa e consequência deste novo modo de vida.

Se o patrimônio é doravante o que define o que nós somos hoje, o movimento de patrimonialização, este imperativo, tomado ele mesmo na aura do dever da memória permanecerá um traço distintivo do momento que nós vivemos ou acabamos de viver: uma certa relação ao presente e uma manifestação do presentismo (HARTOG, 2006, p. 271).

Midiatizado, espetacularizado e entremeado de conflitos em seu tratamento e sua apropriação, o patrimônio expõe as inquietações de uma sociedade em crise. “O futurismo deteriorou-se sob o horizonte e o presentismo o substituiu. O presente tornou-se o horizonte. Sem futuro e sem passado, ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro, e valoriza o imediato” (HARTOG, 2014, p. 148). O tempo passa a ser instantâneo, é tornado curto. A imagem das cidades em perpétua reconstrução ou alteração configura os não-lugares de Augé (2004) ou as “cidades genéricas” de Koolhaas (2007), desprovidas de forma, historicidade ou de identidade, abrigando uma população apressada, imersa em seus celulares e se deslocando com cada vez maior rapidez na lógica da produtividade em que sempre falta tempo. Os espaços públicos e de lazer cada vez mais cedem à lógica do consumo e da espetacularização, em que até mesmo os monumentos singulares são tratados de modo similar ao redor do globo. É comum verificar

intervenções em sítios históricos em que se considera apenas a sua imagem estilizada como dotada de valor, destinada para o consumo hedonista e alienante – imagens de *cartão postal*, a serem fotografadas e postadas na internet, ou reduzidos a cenário para eventos, muitas vezes renovadas com tratamento lúdico em cores e esquemas de iluminação. Esta falta de profundidade (JAMESON, 1997) do objeto cultural reduzido à sua imagem consumível pode ser um claro indício desta crise da historicidade descrita por Hartog (2006; 2014) – ou a planificação da história, dessa “pós-história” imobilizada (VATTIMO, 1996). Ou, nas palavras de Jeudy: “as diferenças temporais entre o passado, o presente e o futuro são aniquiladas graças aos simulacros dessa atualização. O passado e o futuro parecem se conjugar no presente, ao passo que o próprio presente se torna o tempo da reprodução antecipada do passado” (JEUDY, 2005, p.16). A retomada do interesse por artefatos antigos ou históricos – porém renovados, despidos de sinais de seu envelhecimento – é uma manifestação do historicismo de que nos fala Jameson: “a canibalização aleatória de todos os estilos do passado, o jogo aleatório de alusões estilísticas” (JAMESON, 1997, p. 45). Para Jameson, este conceito ingênuo de “historicismo” na sociedade pós-moderna leva a um pastiche onipresente, à cultura do simulacro. Ou, como Huysen coloca, de forma análoga: a “a presente recodificação do passado” (2000, p. 10), em que “estamos obcecados com representação, repetição, replicação e com a cultura da cópia, com ou sem o original” (HUYSSSEN, 2000, p. 24).

A abordagem do patrimônio histórico constantemente associado a eventos celebrativos destinados ao consumo turístico da memória, os quais muitas vezes esvaziam do monumento o seu conteúdo, vem se tornando muito frequente. Muitas vezes validado, inclusive, pelos próprios órgãos de salvaguarda, pois o turismo é um instrumento eficaz de valorização de bens patrimoniais e de captação de recursos para sua conservação. “Os interesses de lucro dos comerciantes de memória de massa parecem ser mais pertinentes para explicar o sucesso da síndrome da memória. Trocando em miúdos: o passado está vendendo mais do que o futuro” (HUYSSSEN, 2000, p. 24). Choay comenta, a este respeito, que a ideia de “valorização (*mise-en-valeur*)” do patrimônio tratado como bem de consumo atualmente vem sendo feita de forma antagônica: por um lado, encontram-se as ações de conservação realizadas “sob o signo do respeito”, aliando as teorias e metodologias próprias do campo ao emprego das novas tecnologias com cuidado e respeito ao caráter cultural e documental; por outro, são realizadas ações “sob o signo da rentabilidade”, destinadas a

“valorizar o monumento histórico e transformá-lo eventualmente em produto econômico” (CHOAY, 2001, pp. 212-213).

Nesta lógica em que o caráter cultural do patrimônio, como suporte da memória e agente da construção da identidade e de significados sociais, é subjugado à comoditização e do consumo, a imagem idealizada *historicizada* do passado se sobrepõe à sua história como fato ou documento e suas idiossincrasias. Mas não se trata meramente de efeitos do consumo, por si só, mas de uma lógica da contemporaneidade cujos valores se refletem, inclusive, nos seus padrões de consumo. Estes exemplos retratam a relação da sociedade contemporânea com a sua história, com a memória, e com a sua própria identidade. Estas questões nem sempre têm seu impacto reconhecido ou discutido no campo da cultura e da educação e acabam sendo sequestrados por outros setores, regidos por valores distintos e muitas vezes incompatíveis com a própria natureza e propósito do patrimônio cultural. Resultará esta abordagem na destruição do próprio objeto que se pretende preservar? Cabe avaliar e discutir estas contradições para que esta especificidade de nosso tempo seja levada em conta e não se imponha como uma realidade alternativa, levando a uma autopercepção distorcida da nossa sociedade por meio das idealizações do simulacro, do passado romantizado e da anulação da historicidade.

A análise conceitual dos temas mencionados, contrastando a fundamentação teórica específica do campo da preservação do patrimônio cultural com a problemática contemporânea, propõe caminhos para aprofundar a compreensão das práticas e tendências atuais de preservação do patrimônio histórico, e, através destas, também voltar-se ao estudo da sociedade contemporânea que as produz. Quais os efeitos das ações do presente sobre patrimônio cultural herdado e construído por gerações de antepassados, com toda a sua complexidade, contradições, camadas, tensões, e rica diversidade? Uma sociedade com dificuldade de transpor o presente, cuja lógica se reduz ao imediatismo do consumo e pela razão instrumentalizada pelo pragmatismo econômico, é capaz de assumir a responsabilidade da tutela de algo que tem como princípio o dever de conservar e transmitir para as gerações futuras? Qual será o futuro do passado tornado tangível sob a forma de patrimônio cultural, após ter sua historicidade planificada em um simulacro idealizado no eterno presente? Considerando seu caráter de suporte da memória, de ferramenta de construção da cidadania e da identidade, o que se perde com seu tratamento simplificado e fetichizado, como bem de consumo, distante das premissas próprias do campo cultural?

A importância da preservação do patrimônio cultural como mecanismo de registro historiográfico através de seu caráter de suporte material para a memória social, de sua função na construção da identidade social e de seu valor de singularidade, reforça a necessidade de cautela, cuidado e rigor na tutela dos bens culturais e nos processos de sua difusão. Assim, evita-se “preservar” apenas a imagem idealizada de uma história que não corresponde à realidade, que reforça apenas as narrativas nostálgicas de um simulacro do passado encenado no presente, cujas consequências podem ser perigosas (BAUMAN, 2017; HOBBSAWM & RANGER, 1997). Logo, a atuação sobre ele deve ser clara e consistente. Afinal, como bem alerta Hobsbawm,

Todos os historiadores, sejam quais forem seus objetivos, estão envolvidos neste processo, uma vez que eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político. Eles devem estar atentos a esta dimensão de suas atividades (HOBBSAWM, 1997, p. 22).

Devido à sua condição de suporte material da memória coletiva, perpetuando uma continuidade de uma dada sociedade, o patrimônio é, sem dúvida, um potente meio de consolidação da cultura. É essencial que a ação sobre ele seja orientada por uma extensa reflexão sobre esta problemática complexa a fim de evitar cometer erros ou distorções historiográficas que possam comprometer definitivamente exemplares e manifestações singulares, que, uma vez destruídos, não poderão mais ser recuperados em sua plena potência e serão, no máximo, um simulacro ou uma VAGA lembrança que, eventualmente, se esvai.

REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, J.** Simulacros e Simulação. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 1991.
- BAUMAN, Z.** Retrotopia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2017.
- CHOAY, F.** Alegoria do patrimônio. Estação Liberdade/Ed. Unesp, 2001.
- DÉBORD, G.** A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.
- ELIAS, N.** Sobre o Tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. Edição eletrônica e-pub Simplissimo Livros, 2012.
- GOERGEN, P.** O embate modernidade/pós-modernidade e seu impacto sobre a teoria e a prática educacionais. EccoS – Revista Científica, o(28), 2012, 149-169. <https://doi.org/10.5585/eccos.n28.2999>
- HARTOG, F.** Tempo e Patrimônio. Varia História, vol. 22, nº 36, 2006, pp.261-273, Jul/Dez 2006. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752006000200002>
- _____. Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- HARVEY, D.** A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HENNING, P.** O espetáculo do patrimônio: imagem e turismo no centro histórico de São Francisco do Sul – SC. [Tese, Universidade Estadual de Campinas], 2019. Repositório da Produção Científica e Intelectual da Unicamp. <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1641119>
- HOBSBAWM, E. & Ranger, T.** A invenção das Tradições. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HUYSSSEN, A.** Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Contraponto/Museu de Arte do Rio, 2014.
- JAMESON, F.** Pós-Modernidade: A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997.
- JEUDY, H. P.** Espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2005.
- KOOLHAAS, R. & Mau, B.** The Generic City. Em R. Koolhaas & B. Mau. S, M, L, XL (pp. 1248-1264). Nova York: The Monacelli Press, 1997.
- LOWENTHAL, D.** The past is a foreign country - Revisited. Cambridge: Cambridge University Press. Versão digital Kindle, 2015.
- LIPOVETSKY, G.** Os tempos hipermodernos. São Paulo: Barcarolla, 2004.

- LYOTARD, J.F.** A condição pós-moderna. São Paulo: José Olympio, 2009.
- NORA, P.** Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, v. 10, dez. 1993, 7-28. Trad. Yara Aun Khoury, 1993.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT.** International Tourism Highlights, 2020 Edition. UNWTO, Madrid, 2021. <https://doi.org/10.18111/9789284422456>.
- PEREIRA, H. N.** Tendências contemporâneas na teoria da restauração. Em M. A. A. F. Gomes & E. L. Corrêa. Reconceituações contemporâneas do patrimônio (pp. 102-118). Salvador: Edufba, 2011.
- URRY, J.** Globalizando o olhar do turista. Plural, 23(2), 142-155. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2016.125105>. Trad. Natalia Otto, 2016.
- VATTIMO, G.** O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- VIÑAS, S. M.** Contemporary theory of conservation. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005.
- XAVIER, A. (org).** Depoimento de uma geração – arquitetura moderna brasileira. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.